

**A. I. Nº** - 281392.0184/22-0  
**AUTUADO** - AUGUSTO FERNANDO NUNES OLIVEIRA  
**AUTUANTE** - PAULO CÂNCIO DE SOUZA  
**ORIGEM** - DAT METRO / INFAZ ITD  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 11/10/2022

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF Nº 0213-04/22-VD

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÕES RECEBIDAS. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - EXERCÍCIO SOCIAL 2017, 2018, 2020 (ANO-CALENDÁRIO 2016, 2017, 2019). INFORMAÇÕES OBTIDAS VIA CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL. ILEGITIMIDADE ATIVA. Restou demonstrado que as transferências patrimoniais, decorrentes de doação/herança foram realizadas por doador domiciliado no Estado de Sergipe, cabendo àquele Estado a competência de lançamento do imposto (ITD), nos termos art. 8º, II, “a”, da Lei 4.826/89, não restando legitimidade ativa ao Estado da Bahia para a presente cobrança, o que também é confirmado pelo agente Fiscal Autuante, em sede de Informação Fiscal. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 22/04/2022, refere-se à exigência de R\$ 136.743,08 de ITD, por falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto (ITD) sobre doações de créditos (INFRAÇÃO 41.01.01), na data de ocorrência de 30/04/2017, 30/04/2018 e 30/04/2020 levantado a partir dos dados relativos a “*transferência patrimonial*” por doações nos valores de R\$ 698.500,00; R\$ 247.500,00 e R\$ 2.960.945,14, respectivamente, recebidos pelo Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira (CPF 220.216.985-72) do doador, seu genitor, o Srº José Nunes de Oliveira (002.629.195-91) informados pela Receita Federal, através da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda (DAAIRPF) – Exercício 2017, 2018 e 2020 (Ano-Calendarário 2016, 2017 e 2019), decorrente de Convênio de Cooperação Técnica firmado em 12/02/1999, com a Sefaz/Ba; e em cumprimento à O.S nº 501148/22, conforme demonstrativo de fls. 3 dos autos.

Enquadramento legal: Art. 1º, da Lei 4.826, de 17/01/1989 e multa de 60% tipificada no art. 13, inc. II, do mesmo diploma legal.

À fl. 21/27 dos autos, têm-se a manifestação do Contribuinte Autuado, o Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira (CPF/MF nº 220.216.985-72) nos termos que a seguir passo a descrever:

Diz ser, Engenheiro Químico, residente no Loteamento Pituba Ville, Lote 15, Ap. 1201, Pituba, Salvador/BA, CEP 41830-050, CPF: 220.216.985-72, uma vez, totalmente inconformado com a lavratura do Auto de Infração em epigrafe, vem apresentar sua defesa administrativa.

De imediato informa que as presentes doações e transmissões por herança foram realizadas no Estado de **Sergipe**, domicílio das empresas doadoras e como herança por falecimento de seu genitor, o Srº José Nunes de Oliveira, CPF: 002.629.195-91, também domiciliado naquele Estado, como restará provado.

Em seguida diz comprovar o domicílio do seu genitor através de cópia de Inventário lavrado através de Escritura Pública, que segue cópia anexada a esta defesa como DOC. 01.

Diz que as doações efetuadas foram na forma de ações das empresas JN - PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ: 22.105.919/0001-82 (fl. 23), no exercício de 2016 e pela empresa JN - PATRIMONIAL S/A, CNPJ: 27.111.807/0001- 58(fl. 24), no exercício de 2017, ambas estabelecidas e domiciliadas no Estado de Sergipe, conforme comprovantes de inscrição no CNPJ das duas empresas.

Diz, também, que as comprovações das doações estão documentadas na seguinte forma:

Exercício de 2016: (**Anexo** DOC. 02.1) de fls. 49 a 52 dos autos.

*“Doação de 6.985 ações ordinárias, no valor de R\$ 698.500,00, conforme documento assinado pelo Diretor Presidente da empresa e doador José Nunes de Oliveira; o Documento de Arrecadação do ITCMD ao Estado de Sergipe no valor de R\$ 27.940,00, e comprovante de recolhimento dia 22/08/2016”.*

Exercício de 2017: (**Anexo** DOC. 02.1) de fls. 53 a 58 dos autos.

*“Doação de 2.475 ações ordinárias, no valor de R\$ 247.500,00, conforme documento assinado pela Diretora da empresa Marinice de Oliveira; o Documento de Arrecadação do ITCMD ao Estado de Sergipe no valor de R\$ 9.900,00, e comprovante de recolhimento do dia 27/10/2017”.*

Continuando, diz que, no **exercício de 2019** a transmissão foi em forma de herança de 5% do patrimônio líquido dos bens e haveres do espólio, no montante de R\$ 73.071,42, conforme página 6 da Escritura de Inventário (DOC. 01), adicionados de aporte em plano de previdência privada do tipo VGBL, efetuada pelo Genitor Srº José Nunes de Oliveira, CPF: 002.629.195-91, em nome do autuado, no valor de R\$ 2.887.873,84, conforme cópia de Informe de Rendimentos Financeiros do BRASILPREV constante do anexo DOC. 02.4 às fls. 59 a 62 dos autos.

Consigna, então, que, para a parte de herança de R\$ 73.071,42 foi recolhido ao Estado de Sergipe o valor de ITCMD de R\$ 1.463,21, conforme anexo DOC. 02.3 de fls. 56 a 58 dos autos.

Por sua vez, diz que, para a parte relativa à previdência privada VGBL, no valor de R\$ 2.887.873,84, não é devido ITCMD, tendo em vista que quando a previdência privada é na forma VGBL, possui característica de seguro, fato já conceituado na Resolução 140/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), bem como já foi fixada em entendimentos da Segunda e da Quarta Turma do STJ, através do julgamento do Resp. 1.961.488, e pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.485, que destaca.

Feito os esclarecimentos, aduz que se constata que não cabe, assim, ao Estado da Bahia, nenhum pagamento a título de ITCMD sobre os fatos, por não ser o local da operação estabelecido na legislação, não tendo competência legal para o lançamento do respectivo crédito tributário.

Diz que a própria Lei baiana, que estabelece os pressupostos para o ITD, a Lei 4.826/89, determina:

*Art. 8º Considera-se local da transmissão “CAUSA MORTIS” ou doação:*

*I - tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, o da situação dos bens;*

*II - tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos, onde tiver domicílio:*

*a) o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;*

*b) o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior;*

*c) o herdeiro ou legatário, quando o inventário ou arrolamento tiver sido processado no exterior;*

*d) o herdeiro ou o legatário se o “de cujus” possuía bens, era residente ou domiciliado no exterior, ainda que o inventário ou arrolamento tenha sido processado no País. (Grifos acrescidos)*

Neste sentido, tendo sido realizada a doação/herança por doador domiciliado no Estado de Sergipe, cabe àquele Estado a competência de lançamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, não restando legitimidade ativa ao Estado da Bahia para a presente cobrança, sendo vício insanável tal fato, no que faz por derradeira a nulidade do processo administrativo fiscal em lide nos termos do art. 18, do RPAF/BA, aprovado Decreto nº 7.629/99.

Em seguida após citar decisões do CONSEF que diz serem similares - Acórdão CJF nº 0305-12/07 e Acórdão CJF nº 0290-11/08 – requer-se a nulidade da autuação.

À fl. 78 dos autos, vê-se Informação Fiscal produzida pelo agente Autuante nos termos que a seguir passo a descrever.

Diz que, por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia deu início ao cruzamento de informações prestadas nas Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas domiciliadas neste Estado, relativas a situações que indiquem possível falta de recolhimento do ITD instituído pela Lei Estadual nº 4.826/89.

Com base nessas informações, o Sr. **Augusto Fernando Nunes Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº

**220.216.985-72**, foi notificado pela SEFAZ/BA, para recolhimento do ITD referente às doações recebidas e declaradas na DIRPF, anos calendário 2016, 2017 e 2018 (2019).

Diz que a Notificação Fiscal (Auto de Infração), com data de lavratura em 22/4/2022 traz um débito apurado referente a 2016 de R\$ 24.447,50 (que é resultado da aplicação da alíquota de 3,5 % sobre a base de cálculo, que, desse modo, equivale a R\$ 698.500,00) e referente a 2017 de R\$ 8.662,50 (que é resultado da aplicação da alíquota de 3,5 % sobre a base de cálculo, que, desse modo, equivale a R\$ 247.500,00) e referente a 2019 de R\$ 103.633,08 (que é resultado da aplicação da alíquota de 3,5 % sobre a base de cálculo, que, desse modo, equivale a R\$ 2.960.945,26)

Pontua que, em 9/6/2022, a cobrança foi contestada através do **SIPRO 037375/2022-5** tendo sido argumentado que as transferências lançadas em 2016 e 2017 se referem a doações de ações com doador domiciliado em Sergipe, que lançamento de 2019 se refere a um valor de R\$ 73.071,42 recebido de herança e a um valor de R\$ 2.887.873,84 recebido como beneficiário de VGBL.

Foram solicitadas, por e-mail, declarações de IR anos calendário 2016 e 2017 do notificado (parte da doação recebida para identificar o doador) e do doador (primeira página para identificar o domicílio fiscal).

Sobre as alegações do contribuinte, tenho a dizer que:

1. No inventário (página 34), consta que o quinhão do notificado foi de R\$ 73.071,42.
2. No VGBL (página 61) consta resgate de 3 valores: R\$ 1.952.500,00; R\$ 935.373,84 e R\$ 1.000.000 que somam R\$ 2.887.873,84. Adicionando R\$ 73.071,42 a esse valor, obtém-se R\$ 2.960.945,26, comprovando que o lançamento de 2019 teve como origem herança e VGBL.
3. Nas declarações de IR ano calendário 2017 (página 73) e ano calendário 2016 (página 74), está identificado como doador o portador do CPF 002.629.195-91.
4. Nas declarações de IR ano calendário 2017 (página 76) e ano calendário 2016 (página 75), do portador do CPF 00.629.195-91, o domicílio fiscal é o Estado de Sergipe. Não há crédito tributário a ser exigido para as doações lançadas em 2016 e 2017, pois o doador era domiciliado no Estado de Sergipe

Ao final pede a improcedência total da Notificação Fiscal (Auto de Infração).

À fl. 32, têm-se o despacho da Secretaria Administrativa do CONSEF encaminhando o presente PAF a este Relator, para instrução e julgamento.

## VOTO

Versa a autuação de constituição de crédito tributário por Auto de Infração nº 281392.0184/22-0, lavrado em 22/04/2022, para exigir R\$ 136.743,08 de ITD, por falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto (ITD) sobre doações de créditos (INFRAÇÃO 41.01.01), na data de ocorrência de 30/04/2017, 30/04/2018 e 30/04/2020 levantado a partir dos dados relativos a doações nos valores de R\$ 698.500,00; R\$ 247.500,00 e R\$ 2.960.945,14, respectivamente, recebidos pelo Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira (CPF 220.216.985-72) do doador, seu genitor, o Srº José Nunes de Oliveira (002.629.195-91) informados pela Receita Federal, através da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda (DAAIRPF) – Exercício 2017, 2018 e 2020 (Ano-Calendário 2016, 2017 e 2019), informados no campo “*Transferências Patrimoniais*”, decorrente de Convênio de Cooperação Técnica firmado em 12/02/1999, com a Sefaz/Ba; e em cumprimento à O.S nº 501148/22, conforme demonstrativo de fls. 3 dos autos, com enquadramento legal no art. 1º, inciso III, da Lei 4.826, de 27/01/1989 e multa de 60% tipificada no art. 13, inc. II, do mesmo diploma legal

Da análise das peças que compõem o presente processo, vê-se que o objeto da autuação diz respeito a doações de valores, como explicitado na descrição dos fatos da autuação, o que leva a incidência do imposto sobre transmissão em alíquota de 3,5%, no que depreende o inc. II, do art. 9º do Decreto nº 4.826, de 27.01.89, com redação atual e vigente à época dos fatos, dada pela Lei nº 12.609, de 27/12/12, DOE de 28/12/12, efeitos a partir de 29/03/13.

Vê-se, também, das peças que compõem o presente processo, por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal, a Secretária da Fazenda do Estado da Bahia deu

início ao cruzamento de informações prestadas nas Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas domiciliadas neste Estado, relativas a situações que indicassem possível falta de recolhimento do ITD instituído pela Lei Estadual nº 4.826/89.

Neste contexto, com base nas informações, referente às transferências patrimoniais declaradas na DAAIRPF, Exercício 2017, 2018 e 2020 (Ano-Calendário 2016, 2017 e 2019), pelo Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira (CPF 220.216.985-72) recebidas do seu genitor, o Srº José Nunes de Oliveira (002.629.195-91), foi notificado, pela Secretária da Fazenda do Estado da Bahia, nos termos do art. 1º, da Lei 4.826 de 27.01.89, através da Auto de Infração nº **281392.084/22-0**, em análise, lavrado em 22/04/2022, a efetuar o recolhimento do ITD sobre doação recebidas, dado a donatário, beneficiário das transferências patrimoniais, não ter efetuado o pagamento do imposto (ITD) devido, à época da ocorrência dos fatos geradores, conforme a seguir destacado:

Exercício	CPF Beneficiário	Valor - Doação	Aliq % - ITD	ITD calculado	PAF
2017	220.216.985-72	698.500,00	3,5%	24.447,50	Fl. 3
2018	220.216.985-72	247.500,00	3,5%	8.662,50	Fl. 3
2020	220.216.985-72	2.960.945,14	3,5%	103.633,08	Fl. 3
TOTAL		3.906.945,14	TOTAL	136.743,08	

Em sede de defesa, o sujeito passivo, o Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira, portador do CPF 220.216.985-72, frisa que se trata de doações efetuadas por seu genitor, o Srº José Nunes de Oliveira (002.629.195-91) na forma de ações das empresas JN - PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ; 22.105.919/0001-82 (fl. 23), no exercício de 2016 e pela empresa JN - PATRIMONIAL S/A, CNPJ: 27.111.807/0001- 58(fl. 24), no exercício de 2017, ambas estabelecidas e domiciliadas no Estado de Sergipe, conforme comprovantes de inscrição no CNPJ das duas empresas.

Diz, também, que as comprovações das doações estão documentadas na seguinte forma:

Exercício de 2016: (**Anexo** DOC. 02.1) de fls. 49 a 52 dos autos: “Doação de 6.985 ações ordinárias, no valor de R\$ 698.500,00, conforme documento assinado pelo Diretor Presidente da empresa e doador José Nunes de Oliveira; o Documento de Arrecadação do ITCMD ao Estado de Sergipe no valor de R\$ 27.940,00, e comprovante de recolhimento dia 22/08/2016”.

Exercício de 2017: (**Anexo** DOC. 02.1) de fls. 53 a 58 dos autos: “Doação de 2.475 ações ordinárias, no valor de R\$ 247.500,00, conforme documento assinado pela Diretora da empresa Marinice de Oliveira; o Documento de Arrecadação do ITCMD ao Estado de Sergipe no valor de R\$ 9.900,00, e comprovante de recolhimento do dia 27/10/2017”.

Feito os esclarecimentos, aduz que se constata que não cabe, assim, ao Estado da Bahia, nenhum pagamento a título de ITD, sobre os fatos correspondentes as datas de ocorrências 30/04/2017 e 30/04/2018, por não ser o local da operação estabelecido na legislação, não tendo, o Estado da Bahia, competência legal para o lançamento do respectivo crédito tributário.

Consigna que a própria Lei baiana, que estabelece os pressupostos para cobrança do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e “Doação” de quaisquer bens ou direitos (ITD), a Lei 4.826/89, de 27/01/1989, determina em seu artigo 8º:

Art. 8º Considera-se local da transmissão “CAUSA MORTIS” ou doação:

I - tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, o da situação dos bens;

II - tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos, **onde tiver domicílio**:

a) o **doador** ou onde se processar o inventário ou arrolamento;

b) o **donatário**, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior;

c) o **herdeiro** ou **legatário**, quando o inventário ou arrolamento tiver sido processado no exterior;

d) o **herdeiro** ou o **legatário** se o “de cujus” possuía bens, era residente ou domiciliado no exterior, ainda que o inventário ou arrolamento tenha sido processado no País. (Grifos acrescidos)

Neste sentido, de fato, tendo sido realizada a doação/herança por doador domiciliado no Estado de Sergipe, cabe àquele Estado a competência de lançamento do imposto (ITD), não restando legitimidade ativa ao Estado da Bahia para a presente cobrança, o que também é confirmado pelo agente Fiscal Autuante, em sede de Informação Fiscal à fl. 78 dos autos, restando, portanto, improcedente os lançamentos relativos as datas de ocorrência 30/04/2017 e 30/04/2018, em lide, por ilegitimidade ativa ao Estado da Bahia.

Relativamente ao lançamento fiscal da data de ocorrência de 30/04/2020 o sujeito passivo, o Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira, portador do CPF 220.216.985-72, diz que a transferência patrimonial foi em forma de herança de 5% do patrimônio líquido dos bens e haveres do espólio, no montante de R\$ 73.071,42, conforme página nº 6 da “*Escritura de Inventário*” (DOC. 01), adicionados de aporte em plano de previdência privada do tipo VGBL, efetuada pelo Genitor Srº José Nunes de Oliveira(CPF:002.629.195-91), em nome do autuado, no valor de R\$ 2.887.873,84, conforme cópia de Informe de Rendimentos Financeiros do BRASILPREV constante do anexo DOC. 02.4 às fls. 59 a 62 dos autos.

Pontua, então, que, para a parte de herança de R\$ 73.071,42 foi recolhido ao Estado de Sergipe o valor de ITCMD de R\$ 1.463,21, conforme anexo DOC. 02.3 de fls. 56 a 58 dos autos. Por sua vez, diz que, para a parte relativa à previdência privada VGBL, no valor de R\$ 2.887.873,84, não é devido ITCMD, tendo em vista que quando a previdência privada é na forma VGBL, possui característica de seguro, fato já conceituado na Resolução 140/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), bem como já foi fixada em entendimentos da Segunda e da Quarta Turma do STJ, através do julgamento do Resp. 1.961.488, e pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.485, que destaca.

Em relação a data de ocorrência de 30/04/2020, relativamente a parte de herança de R\$ 73.071,42, que relaciona a transferência patrimonial, na forma de herança, em que o domicílio do doador é no Estado de Sergipe, não resta dúvida da ilegitimidade ativa ao Estado da Bahia (art. 8º, II, “a”, da Lei 4.826/89), cujo o imposto (ITD) devido, inclusive, fora recolhido ao estado competente.

Quanto ao aporte em plano de previdência privada do tipo VGBL, efetuada pelo genitor, o Srº José Nunes de Oliveira (CPF:002.629.195-91), em nome do autuado, o Srº Augusto Fernando Nunes Oliveira, portador do CPF 220.216.985-72, no valor de R\$ 2.887.873,84, também, declarado como “*transferência patrimonial*”, que diz respeito, também, ao imposto (ITD) lançado para a data de ocorrência de 30/04/2020, sem tampouco entrar na arguição de mérito, também, não resta legitimidade ativa ao Estado da Bahia para a presente cobrança, pois se tratando de créditos considera o local da transmissão “*CAUSA MORTIS*” ou “*DOAÇÃO*”, onde tiver o domicílio do doador ou onde se processa o inventário ou arrolamento (art. 8º, II, “a”, da Lei 4.826/89), no caso em tela o Estado de Sergipe, restando, assim, improcedente o lançamento data de ocorrência de 30/04/2020.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração, em tela.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** a Auto de Infração nº **281392.0184/22-0**, lavrado contra **AUGUSTO FERNANDO NUNES OLIVEIRA**.

Esta Junta de Julgamento Fiscal, recorre de ofício da presente decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 17/08/18.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 15 de setembro de 2022.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA